



Comissão de Economia e Obras Públicas

SÍNTESE DE AUDIÇÃO

Dia: 13 de janeiro de 2015

Hora: 15h00

ENTIDADE: Associação de Empresas Familiares (representada por: Dr. Peter Villax, Presidente).

ASSUNTO: Resolução da Assembleia da República n.º [87/2014](#), de 29 de outubro – Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade.

Recebida por:

Deputada Carina Oliveira (PSD), relatora; Luís Leite Ramos (PSD).

Síntese dos Temas Abordados:

A Senhora Deputada Carina Oliveira (PSD) deu as boas-vindas ao representante da Associação de Empresas Familiares, fez o enquadramento da audição e deu a palavra ao Dr. Peter Villax para uma intervenção inicial.

O Presidente da Associação de Empresas Familiares considerou a natalidade um imperativo nacional em todas as suas dimensões, sendo essenciais as políticas que a promovam e o apoio à família.

Reportando-se à questão da maternidade, referiu o conflito entre a promoção da igualdade de género e a maternidade, considerando que a igualdade de género produz efeitos indesejados neste âmbito. Lembrou, por exemplo, a criação do abono familiar, nos anos 60 do século XX, em França, e o impacto que esta medida teve no aumento da taxa de natalidade, para concluir que o incentivo financeiro direto é eficaz no aumento da taxa de natalidade, ao passo que um incentivo indireto, através de crédito fiscal, é ineficaz e tem um impacto diluído.

Ao nível empresarial, informou que a política de natalidade varia muito de empresa para empresa, sendo importante a criação de um ambiente onde ter filhos não é um obstáculo à carreira. Deu o exemplo da sua própria empresa, onde quem entra em licença de maternidade não fica com o posto laboral em perigo e existe a promoção da cultura de que ter filhos não é um obstáculo (referiu, a este propósito, a existência de inúmeros obstáculos que se podem colocar antes de um despedimento, nomeadamente ser preterido em prémios, não progredir na carreira). Informou também que, na empresa que dirige, procuram colocar as boas práticas



Comissão de Economia e Obras Públicas

fora do quadro contratual e ao longo dos 55 anos de existência da empresa nunca retiraram qualquer regalia que tenham oferecido aos seus funcionários.

Usou da palavra a Senhora Deputada Carina Oliveira (PSP), para dar conta do questionário que foi enviado a um vasto conjunto de empresas, para recolher informação sobre o assunto, e para questionar sobre o ambiente de valores nas empresas familiares.

O Presidente da Associação de Empresas Familiares começou por responder que as empresas familiares têm, antes de mais, um problema de paternalismo, pelo menos numa primeira fase de crescimento. Nestas, defendeu, é necessário haver uma relação acima de tudo profissional e as medidas de ajuda à natalidade têm de se inserir num quadro de igualdade entre todos os funcionários.

Defendeu a existência de leis que permitam acumular um certo banco de horas para os funcionários poderem disfrutar delas quanto necessitarem. Referiu que a empresa onde trabalha não tem horário laboral na parte administrativa, e isso não tem sido um impedimento a que os resultados não sejam atingidos. A liberdade dos funcionários para fazerem os horários que querem é o maior benefício social que sente na sua empresa.

Informou ainda que a empresa que dirige tem uma mulher na comissão executiva, que é composta por sete pessoas; e que nos restantes quadros dirigentes a integração de mulheres é de 50%.

Concluiu, defendendo a necessidade de punir as empresas que são militantes na rejeição da natalidade.

Palácio de São Bento, em 13 de janeiro de 2015,

A Deputada Relatora

(Carina Oliveira)